

Emilia Truran como *Expert* do ensino de desenho: Permanências, rupturas e novos saberes na Reforma Francisco Campos de 1927

Emilia Truran as *Expert* in drawing education: Permanencies, ruptures and new knowledges in the *Reforma Francisco Campos* of 1927

Emilia Truran comment une expert sur l'enseignement du dessin: Permanences, ruptures et nouveaux savoirs dans la *Reforma Francisco Campos* de 1927

Robert Rene Michel Junior

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

Maria Cristina Araújo de Oliveira

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

RESUMO

Este artigo integra-se ao campo de pesquisa da História da educação matemática, e tem como objetivo analisar o fluxo dos saberes profissionais para o ensino de desenho, sistematizados pela professora mineira Emilia Truran, a partir do diálogo com a Reforma do Ensino Primário de Francisco Campos (1927). Utilizou-se como aporte teórico-metodológico a História Cultural, os saberes a ensinar e para ensinar matemática e o conceito de *expert* em educação. As fontes históricas utilizadas foram: os artigos da professora Emilia Truran publicados na Revista do Ensino de Minas Gerais em 1926; os anais do I Congresso de Instrução Primária de 1927; e também os Programas do Ensino Primário ligados à Reforma Fernando Mello Vianna (1925) e à Reforma Francisco Campos (1927). Em conclusão, caracterizamos a professora mineira Emilia Truran como uma *expert* para o ensino de desenho, e ainda consideramos que os saberes profissionais produzidos por esta personagem, são vistos, por um lado, referentes à formatação e conservação de diretrizes apresentadas no Programa de 1925, e por outro, se identificam novos saberes desenvolvidos por esta professora, que foram instituídos diretamente na Reforma de Francisco Campos em 1927.

Palavras-chave: Emilia Truran. *Experts*. Saber desenho. Revista do Ensino de Minas Gerais. Reforma Francisco Campos.

ABSTRACT

This article is part of the research field of the History of mathematical education and it aims to analyze the flow of professional knowledge for teaching drawing, systematized by the professor Emilia Truran, from the dialogue with the Francisco Campos primary education Reform (1927). For the elaboration of this work, Cultural History, “the knowledge to teach” and “the knowledge for teach” mathematics and the concept of experts in education were used as theoretical-methodological support. The historical

Submetido em: 10 de julho de 2020.

DOI:

Aprovado em: 13 de agosto de 2020.

<http://dx.doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2020.n34.p138-157.id267>

sources used were: articles by professor Emilia Truran published in *Revista do Ensino de Minas Gerais*; the annals of the *I Congresso de Instrução Primária* of 1927; and also, the Primary Education Programs linked to the *Reforma Fernando Mello Vianna* (1925) and *Reforma Francisco Campos* (1927). In conclusion, we characterize the Minas Gerais professor Emilia Truran as an expert for teaching drawing, and also, it is considered that the professional knowledge produced by this character are seen, on one hand, regarding to the formatting and conservation of guidelines presented in the education program of 1925, and on the other hand, new knowledge developed by this professor are identified, which were instituted directly in the *Reforma Francisco Campos* in 1927.

Keywords: Emilia Truran. Experts. Drawing knowledge. *Revista do Ensino de Minas Gerais*. *Reforma Francisco Campos*.

RÉSUMÉ

Cet article fait partie du champ de recherche de l'histoire de l'enseignement des mathématiques, il vise analyser le flux de savoirs professionnelles pour l'enseignement du dessin systématisé par l'enseignant Emilia Truran à Minas Gerais, et approprié dans la réforme de l'enseignement primaire de Francisco Campos (1927). L'histoire culturelle, les savoirs à enseigner et pour enseigner les mathématiques et le concept d'expert en éducation ont été utilisés comme support théorique et méthodologique. Les sources historiques utilisées étaient: des articles de l'enseignant Emilia Truran publiés dans *Revista do Ensino de Minas Gerais* en 1926; les annales du *I Congresso de Instrução Primária* de 1927; ainsi que les programmes d'enseignement primaire liés à *Reforma Fernando Mello Vianna* (1925) et *Reforma Francisco Campos* (1927). En conclusion, nous caractérisons Emilia Truran comme une experte de l'enseignement du dessin, et nous avons considéré aussi que les savoirs professionnelles produites par ce personnage sont vues, d'une part, en ce qui concerne la mise en forme et la conservation des directrices présentées dans le programme d'éducation de 1925, et d'autre part, de nouvelles savoirs développées par elle, qui ont été instituées directement dans la *Reforma Francisco Campos* en 1927.

Mots-clés: Emilia Truran. Experts. Savoir du dessin. *Revista do Ensino de Minas Gerais*. *Reforma Francisco Campos*.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa em nível de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A investigação vincula-se ao projeto "Geometria e Desenho como saberes profissionais 1890 – 1990", desenvolvido no âmbito do GHEMAT-UFJF, que se articula ao projeto "Os Experts e a sistematização da matemática para a formação de professores dos primeiros anos escolares", desenvolvido pelo GHEMAT-Brasil.

O objetivo deste trabalho é analisar o fluxo dos saberes profissionais para o ensino de desenho, sistematizados pela professora mineira Emilia Truran, a partir do diálogo com a Reforma do Ensino Primário de Francisco Campos do ano de 1927.

Utilizamos, para a condução da pesquisa, os aportes teórico-metodológicos da História Cultural, conceituações sobre os saberes profissionais caracterizados pelos saberes

a ensinar e para ensinar, e o referencial dos *experts* em educação. As discussões sobre a História Cultural foram o alicerce para as representações da escrita histórica aqui presentes. Os saberes profissionais para ensinar desenho foram analisados a partir dos artigos publicados na Revista do Ensino de Minas Gerais produzidos pela professora Emilia Truran, e das “theses”¹ do I Congresso de Instrução Primária de Minas Gerais (1927), em específico, as “theses” da Comissão de Desenho e Trabalhos Manuais do referido congresso, que contaram com a colaboração da professora mineira.

Ainda apresentamos discussões sobre o tema central desta investigação os saberes profissionais para ensinar desenho a partir da atuação de *experts*, caracterizados como personagens detentores de competências reconhecidas pela comunidade na qual se inserem (professores, inspetores, pesquisadores, entre outros) convocados pelo estado a fim de produzir e difundir novos saberes no campo educacional necessários para a institucionalização de um modelo educacional para instrução popular (HOFSTETTER *et al*, 2017).

Iniciamos a investigação à procura de candidatos à *experts* em artigos com saberes matemáticos publicados na Revista do Ensino de Minas Gerais na década de 1920. Pelas fontes historiográficas consultadas, a professora Emilia Truran destacou-se pela quantidade de artigos sobre o ensino de geometria e desenho na Revista, neste período.

EXPERTISES E EXPERTS: O que essas discussões indicam?

Hofstetter *et al* (2017) explicitam a aparição de *experts* em educação no contexto suíço dos séculos XIX e XX, caracterizados como personagens convocados pelo Estado que possuíam a missão de produzir novos saberes no âmbito educacional, e tendo como objetivo, estruturar a educação pública suíça. Dentre estes personagens, são identificados: pastores, inspetores e professores, providos de saberes pedagógicos particulares, reconhecidos pela sua comunidade, e munidos de suas expertises profissionais, definida pelos autores como:

[...] uma instância, em princípio reconhecida como legítima, atribuída a um ou vários especialistas – supostamente distinguidos pelos seus conhecimentos, atitudes, experiências -, a fim de examinar uma situação, de avaliar um fenômeno, de constatar fatos (HOFSTETTER *et al*, 2017, p. 57).

Estes profissionais possuíam um compromisso direto com o Estado, o de produção de novos saberes, ligados à instrução popular da época. Morais (2017) evidencia que este movimento não se desenvolveu apenas no contexto suíço, sendo assim, um mecanismo relevante para a reforma educacional francesa no século XIX deu-se através do

¹ As “theses” eram propostas elaboradas por professores primários, secundários e outros especialistas da educação, oriundas de estudos sobre as necessidades educacionais da época, disponibilizadas por meio de relatórios, contendo, obrigatoriamente, uma ou mais conclusões. As proposições, junto a suas conclusões, eram levadas para o debate e sujeitas a aprovação, ou não, pelos membros das Comissões do Ensino do I Congresso de Instrução Primária em Minas Gerais.

financiamento governamental para a participação de agentes, nas chamadas Exposições Universais, a fim de conhecer as inovações pedagógicas no âmbito internacional.

Essa característica também pode ser observada no contexto brasileiro. Vidal e Garcia (2012 *apud* MORAIS, 2017) apresentam o aparecimento de *experts* de uma forma análoga ao contexto suíço, tendo como marco a renovação da instrução elementar, incentivando pesquisas e viagens na tentativa de instituir novos métodos e materiais pedagógicos no final do século XIX. Consequentemente, essas viagens internacionais e, principalmente as participações nas Exposições Universais, foram importantes para a difusão de novos conhecimentos educacionais no Brasil, especialmente nas Exposições de Viena, em 1873, e da Filadélfia, em 1887, quando a necessidade e a importância da educação e do ensino começaram a ganhar visibilidade.

Assim, a abertura desses espaços e eventos culminou em crescentes pesquisas educacionais no Brasil e no mundo. Nomes brasileiros, como o médico e educador Joaquim José Menezes Vieira e o professor Luiz Augusto dos Reis, ganham importância por seus conhecimentos trazidos destas viagens, e seus trabalhos passam a definir e a institucionalizar saberes para o ensino nacional (MORAIS, 2017).

A partir do que foi discutido por Hofstetter *et al* (2017) e Morais (2017) sistematizamos características presentes nestas pesquisas para a identificação de *experts* em educação, tomando como referência as produções de personagens vinculados ao ensino em relação às suas atuações para a constituição de saberes:

- a) a posição de poder ocupada pelo especialista em educação;
- b) a apropriação de propostas educacionais que circularam em nível internacional;
- c) a produção de novos saberes no âmbito educacional (participação em programas de ensino, produção de livros didáticos, elaboração de materiais educacionais, instituição de cursos de formação, autoria de artigos em revistas pedagógicas, etc.);
- d) a divulgação de saberes e o impacto dos mesmos na cultura escolar (objetivação dos saberes).

Adotamos a caracterização anterior com a intenção de analisarmos os saberes profissionais para o ensino de desenho, tendo como base as produções da professora mineira Emilia Truran.

OS SABERES PROFISSIONAIS PARA O ENSINO DE DESENHO

Valente *et al* (2017) indicam que muitas pesquisas sobre os saberes profissionais foram se intensificando e se desenvolvendo na tentativa de se responder que Matemática deve conter o professor para sua formação e atividade docente. Os estudos mostram que os saberes docentes tinham que ser compreendidos no âmbito das boas práticas pedagógicas e dos conhecimentos desenvolvidos pelos professores, a fim de que estes pudessem conduzir o seu trabalho didático-pedagógico de forma mais adequada.

Nessa perspectiva, Hofstetter e Schnuewly (2017) asseguram que para a profissão

docente, há uma especificação dialógica entre dois saberes que compõem a formação do professor: os saberes a ensinar e os saberes para ensinar. Os autores caracterizam os saberes a ensinar como “objeto de trabalho” para as profissões relacionadas ao ensino. Tais saberes são determinados pelas instâncias oficiais e podem ser vistos, por exemplo, em currículos, legislações e manuais. Já os saberes para ensinar são definidos como as “ferramentas de trabalho”, a fim de tornar seus objetos ensináveis.

Em concordância com Hofstetter e Schnuewly (2017), Valente *et al* (2017) explicitam sua ideia sobre os *saberes a ensinar e para ensinar*:

O primeiro deles – os *saberes a ensinar* – referem-se aos saberes produzidos pelas disciplinas universitárias, pelos diferentes campos científicos considerados importantes para a formação dos professores; o segundo, os *saberes para ensinar*, têm por especificidade a docência, ligam-se àqueles saberes próprios para o exercício da profissão docente. Assim, ambos os saberes constituem-se como saberes da formação de professores, mas a expertise profissional, o que caracteriza a profissão de professor, é a posse dos *saberes para ensinar* (VALENTE *et al*, 2017, p. 228).

A partir da apropriação dos saberes “a” e “para ensinar”, Valente *et al* (2017) levantam a hipótese de se caracterizar os saberes próprios para a formação do professor que ensina matemática: a matemática a ensinar e a matemática para ensinar.

Assim sendo, utilizamos para o desenvolvimento da pesquisa a concepção dos saberes profissionais compreendendo os saberes a ensinar e para ensinar matemática (geometria, aritmética e desenho). Neste trabalho, nos atentamos em analisar os saberes para ensinar desenho presentes na Revista do Ensino de Minas Gerais da década de 1920, publicados nos artigos educacionais produzidos pela professora Emilia Truran, e também nas “theses” da Comissão de Desenho e Trabalhos Manuais. Nesse sentido, nos aproximamos de dois trabalhos que discutem o saber desenho escolar, deste período, na Revista do Ensino de Minas Gerais.

Caputo (2017) apresenta uma análise dos artigos sobre desenho, como matéria ou conteúdo do ensino primário, publicados na Revista do Ensino de Minas Gerais no período de 1925 a 1932. A pesquisa buscou compreender as diversas mudanças para o ensino de desenho a partir das pedagogias do Método Intuitivo e da Escola Nova, envolvendo as concepções rudimentares e elementares vinculadas aos saberes matemáticos. A autora conclui que o saber desenho, ali sistematizado, apontava para um caráter rudimentar, caracterizando um ensino direcionado à vida prática e cotidiana. Relativamente à prática do professor o desenho assumia duas finalidades: ora como recurso de verificação da aprendizagem, por exemplo, ora como metodologia para o ensino de um dado conceito ou ideia.

Em outra perspectiva, voltada para uma representação histórica do ensino da arte, Pereira (2018), analisando os artigos da Revista do Ensino que faziam alusão ao Desenho e aos Trabalhos Manuais, no período entre 1927 a 1933, questiona as concepções artísticas presentes nesses artigos educacionais. Uma delas mostra a influência econômica para o espaço de destaque dado ao ensino de desenho. Uma segunda concepção da arte neste

período se voltava à construção do senso estético, junto aos estudos da Psicologia e das influências do Romantismo. De acordo com a autora, os princípios da Psicologia aplicados à arte, via o ensino de desenho, possibilitaram elaborações para mediar aprendizagens, como o modo de ensino de desenho e o método de correção de atividades.

A REVISTA DO ENSINO DE MINAS GERAIS E A SISTEMATIZAÇÃO DE SABERES PARA ENSINAR DESENHO

A Revista do Ensino de Minas Gerais, utilizada como fonte de pesquisa deste trabalho, foi uma revista “considerada como o impresso pedagógico oficial mais representativo da história da educação mineira” (BICCAS, 2008, p. 15), tendo um papel relevante para a formação docente e para constituição de novos saberes no campo educacional mineiro.

A revista foi criada em 1892, por Afonso Pena, então presidente de Minas Gerais, e logo foi desativada. Somente em 1925, no governo de Fernando Mello Vianna, foi reativada, circulando até meados de 1940, quando, em razão do início da Segunda Guerra Mundial, teve suas atividades novamente interrompidas. O periódico ressurgiu após a Segunda Guerra, circula de 1946 até 1971. Em 1971, a revista encerra seus trabalhos no governo de Rondon Pacheco (BICCAS, 2008).

A motivação para criação da Revista do Ensino foi a Reforma educacional do Curso Normal do ano de 1892. Entretanto, o periódico ganhou um caráter administrativo, exercendo à época um diálogo entre profissionais do ensino e as instâncias oficiais (BICCAS, 2008). Quanto à produção dos conteúdos, foi aprovada a lei nº 41 de 03 de agosto de 1892, pelo governo vigente, que deixava a cargo dos professores públicos a elaboração dos artigos que integrariam a revista (MINAS GERAIS, 1892).

Pela justificativa da modernização social e da diminuição do analfabetismo, nos termos de Biccás (2008), a revista “renasce” na década de 1920, tendo seus objetivos modificados, principalmente, voltando-se para a formação de professores e para a implementação de novas tendências pedagógicas.

Com esses objetivos, foram publicados na gestão de Mello Vianna 17 números da Revista do Ensino. Essas publicações foram utilizadas prioritariamente de duas maneiras. A primeira era informar e orientar os professores sobre os grandes temas da educação que estavam circulando no Brasil e principalmente nos outros países da América Latina, nos Estados Unidos e na Europa. Os autores dos textos publicados eram, na sua maioria, professores mineiros que, a partir de uma reflexão sobre sua prática docente em várias disciplinas, poderiam ensinar outros professores a planejarem suas aulas. O segundo objetivo da Revista foi o de ser um veículo oficial de divulgação das obras realizadas pelo governo (BICCAS, 2008, p. 42).

A Reforma educacional de Francisco Campos, de 1927, reforçou o papel da revista como um dos instrumentos de formação docente e de divulgação de novos saberes para a instituição da Escola Nova, “buscaram-se novos instrumentos teóricos, pedagógicos e metodológicos para orientar e intervir na sociedade” (BICCAS, 2008, p. 49). A

justificativa para a reforma e a introdução da pedagogia escolanovista se ancorava nos objetivos de atenuar os índices de analfabetismo em Minas Gerais, que, em 1927, chegava a 79% da população. Outro ponto que não podemos deixar de mencionar é a amplitude da circulação desta revista. Biccas (2008) esclarece que:

Assim, em 1925, a Revista do Ensino chegava a todas as 3.146 casas de ensino existentes nesse período: grupos escolares (196), escolas estaduais (1666), escolas municipais (579), escolas particulares (695), escolas infantis (3) e escolas mantidas pelo Governo Federal (7). Como a distribuição era feita para todas as escolas e grupos escolares estaduais, pelo menos 2.451 instituições e funcionários do ensino público tinham acesso direto e gratuito à Revista. As 695 escolas particulares também tiveram acesso à Revista da mesma forma que o público em geral, ou seja, comprando o Jornal Minas Gerais de maneira avulsa ou por meio de assinatura (BICCAS, 2008, p. 86).

A partir do estudo de Biccas (2008), percebemos que a Revista do Ensino esteve vinculada a diferentes reformas educacionais, tendo como público alvo professores, diretores, inspetores, sendo um importante instrumento de comunicação entre a comunidade escolar e as instâncias públicas; de formação de professores; e de produção e divulgação de novos saberes. Assim, a escolha deste periódico como fonte de pesquisa justifica-se pelo seu caráter formativo a partir das publicações de cunho educacional, e ainda, devido ao mecanismo de divulgação destes saberes profissionais por todo estado de Minas Gerais.

Nos orientamos para a Revista do Ensino de Minas Gerais tendo como foco a busca de personagens e novos saberes profissionais para ensinar matemática no período de 1925 a 1932. Buscamos artigos educacionais escritos para professores que continham saberes matemáticos (aritmética, geometria e desenho). Foram encontrados 36 artigos relativos à geometria, 32 ao desenho e 84 à aritmética. Dentre estas produções, diversos nomes de professores apareceram como autores. O nome da professora Emilia Truran ganhou evidência nestas publicações pela intensa produção de artigos sobre o ensino de geometria e de desenho em 1926. De acordo com Melo (2010), Emilia Truran atuava como professora da Escola Normal Modelo da cidade de Belo Horizonte no período. Entretanto, não foi possível encontrar informações bibliográficas adicionais referentes a sua formação e atuação profissional.

A professora é autora de quatro artigos contendo saberes geométricos e três relacionados ao saber desenho. O desenho tornou-se o foco da investigação dada sua importância nas “theses” do I Congresso de Instrução Primária, e o destaque que possuiu no Programa de Ensino decorrente da Reforma Francisco Campos, ambos em 1927.

Quadro 1 – Artigos de Desenho publicados por Emilia Truran

Nome do Artigo	Número da Revista – Ano de publicação
“Como devemos iniciar o ensino do Desenho”	Revista de número 16-17, 1926 – p.257-259
“O Desenho no terceiro ano”	Revista de número 18, 1926 – p.362-363
“O Desenho no quarto ano”	Revista de número 19, 1926 – p.400-402

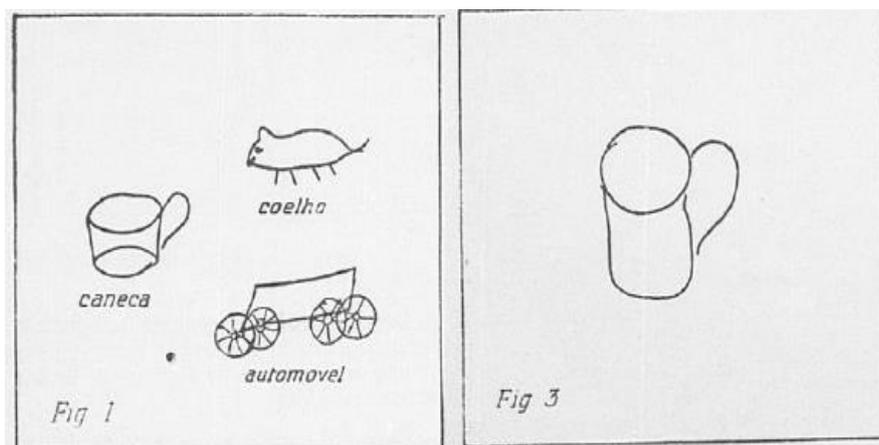
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A primeira aula para o ensino do desenho é intitulada “Como devemos iniciar o ensino do desenho” e subtítulo “Desenho espontâneo, livre e de imaginação”. Este artigo é voltado para o ensino dos 1º e 2º anos do ensino primário da época. Emilia Truran inicia sua lição pedindo para que as crianças desenhassem e nomeassem alguns elementos simples encontrados na sala de aula e no cotidiano dos alunos, como objetos e animais. Verifica-se o ensino do desenho do natural, por meio da observação visual de elementos presentes no ambiente do aluno; e o ensino do desenho de memória, caracterizado como um desenho a partir de imagens mentais de objetos ou animais já conhecidos pelas crianças, mas que não estivessem presentes no momento da execução do desenho.

Na sequência o texto apresenta a necessidade da repetição dos desenhos feitos, para a correção de erros técnicos. A orientação para a correção dos desenhos é expressa da seguinte forma: “A professora anotará ao lado os erros mais graves e si o aluno nos exercícios seguintes apresentar os mesmos erros, deverá mostrar-lhe o objeto para que ele próprio o corrija” (REVISTA DO ENSINO, 1926a, p. 257).

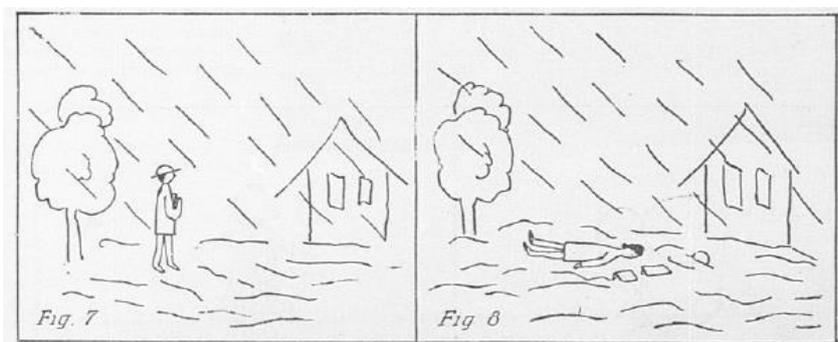
Um exemplo apresentado seria o desenho da caneca feita por uma das crianças, no qual uma linha que não existia, estava ali representada para dar a ideia de profundidade. A aprendizagem era feita através do diálogo entre professor e aluno, com o auxílio dos objetos concretos.

Figura 1 – Desenho do natural e de memória



Fonte: Revista do Ensino de Minas Gerais, nº 16-17, p. 257, 1926.

O artigo traz considerações no sentido de que ao avançar nos estudos do desenho, nesses primeiros anos de escolarização, possibilitaria aos alunos ganharem autonomia em desenhar “scena que lhes seja comum”: atividades cotidianas, como tomar café da manhã entre outras ações. Em consequência, trabalhando através do desenho de imaginação, a professora estimula os alunos, a partir de uma história contada por ela, a desenharem suas percepções do conto. Neste momento, há uma diferenciação: para os alunos do 1º ano, a história desenhada deve compreender entre 2 e 3 cenas (desenhos), e para o 2º ano, de 2 a 4.

Figura 2 – O desenho de imaginação nas propostas de Emilia Truran

Fonte: MINAS GERAIS, Revista do Ensino, vol. 2, n. 16-17, 1926, p. 258.

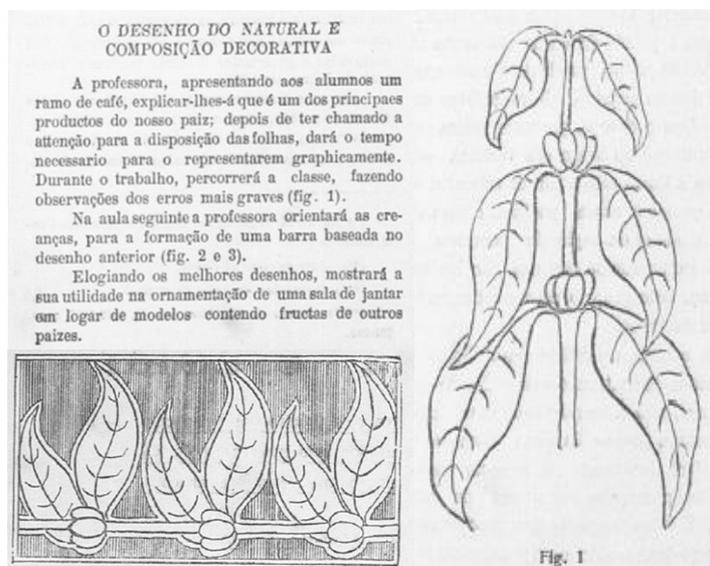
As propostas da professora Emilia Truran discutidas anteriormente estão em concordância com instruções para o ensino de desenho na Reforma Fernando Mello Vianna de 1925. Encontram-se, no tópico VII da Reforma, as recomendações para os desenhos do natural, memória e imaginação mencionados nos artigos da professora: “Os primeiros exercícios de desenho artístico devem ser reproduções de objectos naturaes ou figurados, passando-se mais tarde à representação de assumptos imaginados ou lembrados pelos alunos” (MINAS GERAIS, 1926, p. 18).

A orientação para correção dos desenhos também é referenciada no mesmo tópico desse documento, recomendando que: “Embora fazendo a crítica ao trabalho do alumno e indicando as correcções a realizar, deve o professor respeitar a espontaneidade da criança, estimulando-a e guiando-a sem torcel-a e annullal-a” (MINAS GERAIS, 1926, p. 18).

Nesse mesmo artigo, uma nota de orientação critica o desenho de cópia proposto em diversos momentos no Programa de 1925. A nota recomenda que: “A professora não deve desenhar no quadro, mas se o fizer deverá logo apagar” (REVISTA DO ENSINO, 1926a, p. 259).

No Programa, o desenho de cópia é mencionado em um trecho referente ao ensino para o primeiro ano (p. 29) “Traços simples, a lapis colorido, imitando os da professora, feitos no quadro negro” e ainda no terceiro ano do primário (p. 45) “Copia ao natural de folhas; disposições alternadas, oppostas, verticilladas, etc., nas hastes. – Copia de outros objetos comuns, do natural, sem auxilio de instrumentos”, por exemplo (MINAS GERAIS, 1926).

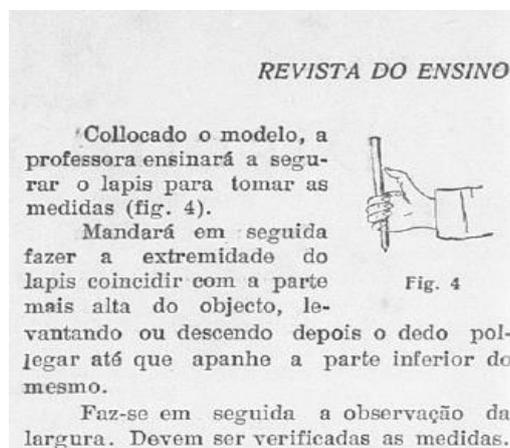
A segunda proposta da professora Emilia Truran para o ensino de desenho denominava-se “O Desenho no terceiro anno”. O artigo prioriza dois temas: o desenho do natural e a composição decorativa; e a observação visual. A orientação para o desenho do natural é representada pelo desenho de um ramo de café, que a partir da repetição deste desenho, os alunos comporiam um friso. A gravura formada por essa repetição da unidade proveniente do natural configura-se em uma composição com fins decorativos. Sendo assim, o artigo propõe esse tipo de desenho do natural (folhas e frutos) que seria reproduzido nos Trabalhos Manuais, para fins decorativos voltados para a vida prática da época.

Figura 3 – Desenho decorativo Ramo de Café

Fonte: Revista do Ensino de Minas Gerais, nº 18, p. 362-363, 1926.

O segundo tema abordado nesse artigo é a observação visual. De acordo com a professora Truran, um modelo deveria ser colocado para os alunos, livros ou sólidos empilhados, que teriam que desenhar o que viam. A observação visual era um meio para a execução da atividade. Cada estudante faria um desenho distinto do mesmo modelo, por ocupar posição diferente na sala e também pelo nível de habilidade.

A técnica do lápis é evidenciada nesta temática da aula como um auxílio à realização do desenho por meio da observação visual. Permitia estabelecer medições e comparações que preservavam a proporção na realização do desenho a partir de um modelo real. De acordo com Emilia Truran: “Colocado o modelo, a professora ensinará a segurar o lápis para tomar as medidas. Mandará em seguida fazer a extremidade do lápis coincidir com a parte mais alta do objeto, levantando ou descendo depois o dedo polegar até que apanhe a parte inferior do mesmo” (REVISTA DO ENSINO, 1926b, p. 363).

Figura 4 – A Técnica do Lápis

Fonte: Revista do Ensino, vol. 2, n. 18, 1926, p. 363.

Essa mesma técnica consta do Programa de Ensino associado à Reforma Fernando Mello Vianna:

O professor deverá dar ao alumno a idéia de proporção, ensinando-lhe a medir e a comparar com o auxilio do lápis, para que elle compreenda o exagero das dimensões de um objecto confrontando com outro, que lhe não é inferior em grandeza (MINAS GERAIS, 1926, p. 37-38).

Entretanto, alguns outros aspectos apresentados neste segundo artigo não constam das prescrições da Reforma Fernando Mello Viana. A normativa não enfatizava o ensino por meio da observação visual mesmo apresentando a técnica do lápis, e nem indicações para a composição decorativa.

O último artigo de Emilia Truran publicado na Revista do Ensino em 1926, intitulado “O Desenho no quarto anno”, defende que as crianças deveriam, inicialmente, desenhar algumas das figuras já aprendidas nos anos anteriores, dobrando ou triplicando suas dimensões iniciais, o que reforça o estudo das proporções e da semelhança.

Outra atividade proposta é o desenho a partir da observação de uma caixa cilíndrica. Essa atividade apresenta um desenho mais técnico, englobando diversas figuras e conceitos matemáticos. Entre as figuras geométricas expostas, podemos citar o quadrado, a circunferência, a elipse, as retas perpendiculares e paralelas, e as linhas curvas.

O ensino de sombras, no artigo, é indicado ao final da construção da atividade da caixa, quando o desenho estivesse bem elaborado (REVISTA DO ENSINO, 1926c, p. 400-402).

Figura 5 – Orientação para o estudo de sombras



Fonte: Revista do Ensino de Minas Gerais, nº 19, p. 402, 1926.

Na conclusão da proposta apresentada neste artigo, Truran adentra nas composições decorativas, tal como no artigo anterior dedicado ao desenho no 3º ano, dessa vez com a temática da fauna.

Esse terceiro artigo de Emilia Truran reforça o ensino de proporções indicado no Programa de 1925. Entretanto, o ensino da observação visual, a composição decorativa e o estudo de sombras defendidos pela professora não fazem parte deste Programa, mas do de 1927.

Em 1927, um ano após a publicação dos artigos de Emilia Truran sobre o ensino de desenho na escola primária, ocorreu I Congresso de Instrução Primária de Minas Gerais. Esse evento foi peça chave para a constituição da Reforma Francisco Campos no mesmo ano.

[...] a autoria da Reforma do Ensino de 1927 é do Secretário do Interior, Francisco Campos que, trancado em seu gabinete por alguns dias, teria escrito todo o documento. No entanto, é importante destacar que sem o trabalho realizado pelas comissões professores que participaram do I Congresso de Instrução Primária para debater os principais temas relacionados à Organização da Instrução Pública em Minas Gerais, seria impossível produzir documento tão detalhado em tão curto prazo (PEIXOTO, 1983 *apud* BICCAS, 2008, p. 50).

Antecedeu a realização do Congresso a constituição de comissões de especialistas que discutiram e elaboraram propostas que foram posteriormente debatidas durante o evento.

O I CONGRESSO DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DE MINAS GERAIS E OS NOVOS SABERES PARA O ENSINO DE DESENHO

A realização do I Congresso ganhou bastante espaço dentro da Revista do Ensino, especificamente os artigos publicados nas revistas de números 18, 19 e 20, no final do ano de 1926 e início de 1927, antecederam a realização do congresso, e tiveram a função de veicular seus objetivos, finalidades, importância, e ainda, apresentar as novas propostas educacionais que seriam discutidas, convocando a participação do professorado mineiro. As publicações das revistas de números 21 e 22 sucederem o evento e tiveram um papel primordial de relatar as conferências e os resultados das propostas educacionais então discutidas.

As propostas relatadas anteriormente receberam o nome de “theses”, num total de 78, foram divididas em comissões e se tornaram públicas na edição da revista de número 19, de dezembro do ano de 1926. A publicação das “theses” permitiria que os futuros congressistas tivessem acesso a fim de estudá-las para fomentar as discussões durante o I Congresso.

As “theses” abordavam diversos temas. Dentre eles, podemos destacar: a organização e objetivos da educação primária; formação de professores; componentes escolares como número de alunos por classe e carga horária das disciplinas; aparelhamento escolar como obtenção de materiais e livros didáticos para o ensino; educação moral e cívica; estruturação dos programas de ensino; exames e testes; entre outros.

Analisamos as oito “theses” da Comissão de Desenho e Trabalhos Manuais, da qual a professora Emilia Truran fez parte (REVISTA DO ENSINO, 1927, p. 490-492).

A “these” 1 teve como questão norteadora: “O ensino de desenho, no curso primário, deve ser considerado como arte ou como método intuitivo da criança exprimir o que imagina e representar o que vê?”. Das conclusões, o ensino de Desenho seria formulado para atender questões educativas, desenvolvendo no aluno sua imaginação,

habilidades de observação e habilidades manuais. Essas conclusões diferem do proposto em alusão aos objetivos do ensino de desenho no Programa de Ensino de 1925, que tinha com finalidade desenvolver habilidades de bom gosto, moral e inteligência através da arte.

A “these” número 2 discutia: “Deve o ensino de desenho atender à iniciativa individual do aluno?”, e de forma breve no texto, como resposta, conclui-se que o ensino de desenho deveria “guiar a aptidão da criança”.

A “these” 3 abordava a postura do professor sobre os erros dos alunos em relação à perspectiva e às proporções; a instrução era não corrigir os erros, mas apontá-los aos alunos para que eles os corrigissem. Essa discussão se alinhava à orientação proposta tanto por Emilia Truran em seu artigo “Como devemos iniciar o ensino do Desenho” quanto ao Programa de Fernando Mello Vianna de 1925.

As “theses” 4 e 5 apresentavam alguns conteúdos que deveriam ser ensinados: o desenho de observação visual no terceiro ano se estendendo ao quarto ano, de forma contínua, e o ensino de sombras quando os alunos tivessem aprimorado seus desenhos, respectivamente. A aprovação dessas “theses” legitima os saberes para ensinar desenho que estão presentes nos artigos de Emilia Truran na Revista do Ensino, referentes ao ensino de observação visual e ao estudo de sombras.

A “these” 6 fazia referência ao desenho de cópia, em particular gravuras e figuras. O relatório argumentava que o desenho como cópia deveria ser suprimido, pois não contribuía para desenvolver as habilidades individuais e intelectuais. A nota instituída no primeiro artigo de Truran já iniciava a ideia discutida nessa “these” defendendo o afastamento do desenho de cópia ou imitação, se opondo ao instituído no Programa de 1925.

“Será conveniente a criação de um curso de aperfeiçoamento para os professores que tenham que executar os programmas de desenho, trabalhos manuais e cursos technicos?”. Tal proposta foi relatada na “these” 7 desta comissão. A criação de cursos de aperfeiçoamento não é aprovada pois “não há necessidade de professores especialista” (REVISTA DO ENSINO, 1927, p. 491).

A última “these” discutida por essa comissão, a de número 8, questiona o ano de início do ensino de Trabalhos Manuais. A proposta inicial seria que o ensino deveria ser iniciado no primeiro ano do primário, mas em suas conclusões indicava-se que deveria se iniciar nas classes de jardim de infância. As discussões das duas últimas “theses” não possuem relações com os saberes sistematizados nos três artigos da professora mineira na Revista do Ensino em 1926.

Como discutiremos a seguir, a realização do I Congresso de Instrução Primária por meio principalmente da elaboração e do debate das “theses” da Comissão de Desenho e Trabalhos manuais orientou a instituição de novos saberes para o ensino de desenho a partir da Reforma de Francisco Campos, em 1927.

O DESENHO NA REFORMA FRANCISCO CAMPOS (1927)

A reforma educacional do estado de Minas Gerais coordenada por Francisco Campos em 1927 foi homologada pelo decreto nº 8.094 e assinada pelo então Presidente

do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos. A proposta de acento escolanovista se apoiava em estudos da Biologia, levando em consideração o aluno como um “ser em crescimento”, e da Psicologia, através de bases comportamentais e de experimentação, configurando mudanças no currículo e nas práticas pedagógicas, buscando principalmente a aproximação entre a escola e a sociedade.

A proposta escolanovista introduziu uma renovação no ensino em que conhecimento do desenvolvimento psicológico ampliou os saberes pedagógico-didáticos pró-desenvolvimento integral da criança e transformou a escola ao considerar os interesses e as necessidades do educando, dando àquela um caráter dinâmico e vivo, de trabalho, de respeito e de participação; diferentemente do didatismo tradicional (CARVALHO, 2012, p. 191).

Carvalho (2012) analisa alguns princípios da Escola Nova presentes na Reforma Francisco Campos. Os castigos impostos à criança dão lugar aos estímulos positivos, como premiações e elogios, enfatizando o desenvolvimento do aluno e sua posição central no processo de ensino e aprendizagem. Ainda podem ser vistos nos artigos desta reforma o incentivo aos estudos de Decroly e a utilização dos Centros de Interesse, o ensino baseado na experimentação, no diálogo e na investigação a partir do concreto.

Para o emprego e a efetivação dessas modificações propostas pela pedagogia da Escola Nova, a formação dos professores mineiros foi incentivada, principalmente pela realização do I Congresso de Instrução em maio de 1927. Carvalho (2012, p. 195) expõe que “nessa etapa de divulgação dos princípios da Escola Nova na reforma, o apoio devia vir dos congressos, das publicações, dos cursos e das orientações para o professorado, o que sugere um projeto de longa duração”.

Em referência a esse apoio mencionado anteriormente, analisamos as diretrizes para o ensino de desenho na Reforma Francisco Campos para criação de um diálogo entre os saberes profissionais produzidos por Emilia Truran nas publicações na Revista do Ensino e as discussões realizadas pela Comissão de Desenho e Trabalhos Manuais no I Congresso.

No Programa do Ensino Primário de 1927, o desenho era visto como elemento de livre expressão e de cultura para os alunos. Articulado com a leitura e a escrita, seu ensino tinha como objetivo o desenvolvimento da expressão e comunicação. O Desenho não deveria ter só um recurso visual para auxiliar as demais disciplinas, mas como forma de desenvolver as potencialidades dos alunos.

O estímulo à prática também é um ponto observado nesta proposta. Entretanto, a cópia de estampas e gravuras é “condenável” por afastar o aluno da observação do natural, o que acarretaria perdas na construção da individualidade.

A copia de estampas ou gravuras não deverá jamais ser dada. Em qualquer hypothese, não havendo modelo da natureza ou fabricado, será preferível supprimir o exercício. A copia de estampas é condenável, já porque afasta o alumno da observação natural, já porque annulla a interpretação individual (MINAS GERAIS, 1928, p. 1589).

Para o 1º ano do ensino de desenho, as diretrizes indicam que o professor deveria deixar o aluno desenhar livremente a partir do desenho de observação e de imaginação, dando ênfase aos interesses da criança, despertando assim o gosto e o interesse pela matéria. O professor deveria avaliar as habilidades e individualidades dos alunos, estimular sempre a comparação do que foi desenhado com as proporções de realidade, criticar e destacar os “erros de observação visual”.

Segundo o documento, o professor ainda deveria integrar assuntos relacionados às matérias de Linguagem, Ciências, Higiene. E ainda, em particular, para a reprodução de objetos do cotidiano, o desenho se vincularia à Geometria, Trabalhos Manuais e Modelagem. Tais reproduções deveriam acontecer da seguinte maneira: o objeto era colocado alguns instantes para o treino da observação, retirado do alcance da visão dos alunos para que reproduzissem apenas de memória. Era dada ênfase à observação e ao desenho de memória, priorizando desenhos de objetos do cotidiano que compreenderiam formas esféricas, cônicas, cilíndricas e suas variações. As instruções para o primeiro ano também vigoravam para o 2º ano, com mais rigor, propondo que os próprios alunos corrigissem seus erros com a presença e orientação docente: “O professor guiará os alumnos na verificação, não corrigindo os trabalhos, mas fazendo as observações indispensáveis para que eles mesmos rectifiquem os enganos” (MINAS GERAIS, 1928, p. 1591).

Para o 3º ano, o ensino de medidas de escala e proporção deveria ocorrer com o auxílio da técnica do lápis. No documento há orientações para a escolha de modelos que facilitariam o ensino de Desenho, no sentido de desenvolver a prática ao longo dos exercícios. O professor deveria ensinar pela observação, pois, dependendo da posição do aluno em sala, o desenho seria diferente, apontando curvas e traços distintos que surgiriam dessa observação. O desenho decorativo também era proposto, decorações coloridas em séries simples, alternadas e opostas.

Por fim, as instruções para o 4º ano retomam com aprofundamento os ensinamentos propostos para os anos anteriores como se pode ver pela citação a seguir:

I. O desenho natural deve merecer maior cuidado, especialmente na parte relativa a proporções. Os detalhes de um objecto, bem como as sombras, já devem ser observados attentamente.

II. O uso do lapis ou duplo centimetro com escalas de proporção deve ser constante, para que os alumnos exercitem a observação visual [...]

III. Para o desenho decorativo mostrará no quadro negro o que se entende por disposições radiadas, seu aproveitamento geometrico nas composições decorativas. Traçará alguns estrellados, servindo-se dessas disposições, em seguida applicará sobre estas folhas ou flores para mostrar os effeitos decorativos.

IV. [...] O professor deverá conduzir os alumnos à composição decorativa, sempre com base geometrica, para educar-lhes o gosto e o espirito de equilibrio e harmonia. Terá sempre, como bom aviso, que as composições asymetricas muito de agrado dos principiantes são trabalhos que requerem muito talento e só aos bons artistas é dado fazel-as.

V. Estudará as composições com uma finalidade qualquer, com uma applicação para um centro de toalha, para almofada, pasta ou caminho de mesa, de maneira que possam os alumnos reconhecer immediatamente a

utilidade dessas aplicações. Despertará nos alunos o interesse pela nossa flora e fauna, aplicadas em motivos nos objectos de uso commum e nos arranjos decorativos da casa (MINAS GERAIS, 1928, p. 1592-1593, grifo nosso).

A partir das instruções específicas da Reforma Francisco Campos para os quatro anos do ensino primário, destacam-se os seguintes saberes relativos ao ensino de desenho: desenho do natural, de composição decorativa, de memória e de imaginação. Em relação às metodologias para ensinar identificam-se a orientação para correção de exercícios, o método de observação visual, a técnica do lápis e o estudo de sombras. Os objetivos para esse tipo de ensino também ganharam relevância, priorizando a expressão, a comunicação e a valorização da individualidade.

NOVOS SABERES PROFISSIONAIS PARA O ENSINO DE DESENHO: um diálogo entre as propostas educacionais de Emilia Truran e a Reforma Francisco Campos (1927)

Com base nas análises das fontes de pesquisa aqui apresentadas, esta investigação buscou construir uma representação histórica, em termos de mudanças e permanências, tomando como elemento central a produção de saberes da professora Emilia Truran no diálogo com a Reforma Francisco Campos.

A partir da análise dos artigos de desenho produzidos por Emilia Truran, em 1926, dos debates na Comissão de Desenho e Trabalhos Manuais do I Congresso de Instrução Primária, em 1927, e nas propostas para o ensino de desenho da Reforma de Francisco Campos, 1927, concebemos três categorias para os saberes profissionais produzidos por esta professora:

1) *Os saberes profissionais como permanências* – saberes para o ensino de desenho que estavam colocados no Programa do Ensino Primário de 1925, estando em diálogo com os saberes produzidos por Emilia Truran, e que também estão presentes no Programa do Ensino Primário de 1927, reforçando a continuidade de saberes.

2) *Os saberes profissionais como rupturas* – saberes para o ensino de desenho propostos no Programa do Ensino Primário de 1925, mas que a partir das colaborações de Emilia Truran se modificam e geram descontinuidades para o Programa de 1927. Em resumo, são os saberes presentes no Programa de 1925 que não são instituídos no Programa do Ensino Primário de 1927 a partir de produções da professora Truran.

3) *Novos saberes profissionais* – saberes para o ensino de desenho produzidos por Emilia Truran, e que incidem efetivamente no Programa do Ensino Primário do ano de 1927.

Na categorização dos *saberes profissionais como permanências*, três saberes são evidenciados para o ensino de desenho. O primeiro são os conteúdos comuns aos dois programas: o desenho de memória e de imaginação (contos, histórias e cenas do cotidiano das crianças) e o desenho do natural (vegetação, folhas, frutos, animais, figuras geométricas que se assemelhem a elementos do dia-a-dia dos alunos, etc.) que estão em concordância com os artigos educacionais da professora mineira do ano de 1926

publicados na Revista do Ensino, e também instituídos nos programas de 1925 e de 1927.

O tipo de orientação para correção dos desenhos pelos professores é um saber que permanece no que foi analisado no Programa de 1925, reforçado nas aulas de desenho de Emilia Truran e nas discussões da these número 3, da Comissão de Desenho e Trabalhos Manuais, sendo também estabelecido na Reforma Francisco Campos.

Outro saber instituído como permanência é a técnica do lápis para o ensino de medição e proporção na elaboração do desenho, que é apresentada nas aulas de desenho publicadas por Emilia Truran na Revista do Ensino, e que se mantém ao longo dos programas de ensino analisados. A “técnica do lápis” que os programas instituíam nas normativas foi “traduzida” por Truran para exemplificar como deveria ser usada em sala de aula.

Concluimos que esses três saberes aqui mencionados foram produzidos ou difundidos na Revista do Ensino e auxiliaram nas referências para o ensino de desenho, mantendo-se preservados na Reforma Francisco Campos a partir da inserção na Reforma de Fernando Mello Vianna.

Em direção à segunda categorização, pontuamos dois *saberes profissionais como rupturas* no que diz respeito às produções de Truran. O primeiro destes saberes é proveniente das discussões do congresso de instrução levando ao fim do desenho de cópia. Contudo os artigos de Truran defendiam a substituição deste tipo de desenho, tal posição foi reforçada pelas discussões da “these” 6 do I Congresso. O movimento destas modificações representa, em conclusão, uma ruptura a partir da Reforma Francisco Campos que validou o fim deste tipo de desenho, em alinhamento com a posição de Emilia Truran.

Os objetivos para o ensino de desenho também sofreram alterações nas duas normativas oficiais. O desenho na Reforma Fernando Mello Vianna era visto como um saber que serviria de base para as demais disciplinas, inclusive para a Geometria. Também era responsável por desenvolver o bom gosto e a inteligência através da arte. As finalidades para o ensino desenho se reconfiguraram no programa do ensino de 1927, pois, o desenho não deveria ser apenas apoio para as demais matérias; junto com os Trabalhos Manuais e a Modelagem seria uma metodologia aplicável a todas. O desenho serviria de livre expressão e comunicação, possibilitando desenvolver potencialidades individuais dos alunos. Estas novas propostas previstas na Reforma de 1927 se alinham ao que fora discutido na Comissão de Desenho e Trabalhos Manuais. A “these” 1 propunha uma nova organização para o ensino de desenho como desenvolvimento da imaginação, habilidade de observação e habilidades manuais, já a “these” 2 abordava o desenvolvimento das aptidões dos alunos e suas individualidades.

Na categoria *novos saberes profissionais* conjecturamos a elaboração da professora Emilia Truran relativamente a três novos saberes referentes ao ensino de desenho.

O primeiro saber analisado refere-se à integração do desenho de observação visual, no terceiro e quarto anos do ensino primário. Esta questão foi discutida nos artigos de Desenho de Emilia Truran no ano de 1926, na these número 4 da Comissão de Desenho e Trabalhos Manuais no ano de 1927, tendo sido implementada no Programa de Ensino de 1927.

O desenho decorativo formado a partir do desenho ao natural de sólidos, animais, frutos e flores no Programa de 1927 ganha destaque como um saber voltado para decoração, utilizado de forma prática nos Trabalhos Manuais. Essa proposta é indicada nas aulas de desenho publicadas pela professora Emilia Truran, em 1926, para o terceiro e quarto anos do ensino primário, como mostra a figura 3 “desenho decorativo ramo de café”.

O último saber aqui apresentado é o estudo de sombras indicado por Truran em sua terceira aula de desenho – “O Desenho no quarto ano”, realizado ao final da construção da caixa cilíndrica (figura 5). O ensino de sombras era indicado quando já aprimorado os desenhos dos alunos, estando em conformidade com a these 5 da Comissão de Desenho e Trabalhos Manuais, e constava das instruções do Programa de 1927.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a análise das fontes e as discussões aqui sistematizadas permitem destacar a atuação da professora Emilia Truran em, ao menos, dois níveis: na elaboração de saberes para ensinar desenho, estabelecendo uma ponte entre as propostas das reformas e a atuação dos professores em sala de aula; e na sua atuação na elaboração de proposições que subsidiaram as reformas, como é o caso específico da Reforma Francisco Campos (1927).

Retomando as características discutidas em relação ao estatuto de *expert* em educação e a produção de saberes, atribuímos o *status* de expert no ensino de desenho à professora Emilia Truran. Um primeiro argumento é concernente à posição de poder ocupada por ela ao ter publicadas suas ideias, propostas, apropriações para o ensino de desenho na Revista do Ensino. O poder conferido a ela é respaldado pela lei nº 41 de 03 de agosto de 1892, artigo 325, que convocava especialistas, dispostos de conhecimentos reconhecidos, para escrever artigos educacionais que alcançariam inúmeros professores nas escolas públicas e particulares, fortalecendo a abrangência da divulgação dos saberes e seu impacto na cultura escolar.

A atuação ativa de Emilia Truran, no I Congresso reforça essa posição de poder no momento em que o governo de Minas Gerais convoca seu professorado a participar e debater os problemas do ensino primário da época. Especialmente a sua participação na Comissão de Desenho e Trabalhos Manuais que acarretou na produção de novos saberes para o ensino de desenho instituídos diretamente na Reforma Francisco Campos.

A produção de novos saberes para a Reforma de Francisco Campos como o estudo de sombras, a implementação do ensino pela observação visual e o desenho decorativo reafirmam a importância desta personagem. Podemos mencionar ainda os saberes como permanências, considerando os trabalhos de Truran como primordiais para a sustentação e a conservação de saberes para o ensino de desenho existentes na Reforma Fernando Mello Vianna e na Reforma Francisco Campos.

Da caracterização para o estatuto de *expert*, este estudo só não tratou da apropriação pela professora de propostas educacionais que circularam em nível internacional. O que, ao nosso entender, não diminui a importância dos saberes produzidos por Emilia Truran para

o ensino de desenho na década de 1920.

Por fim, o trabalho com personagens do ensino no passado, *experts* ou não, nos permite reconhecer a importância de sujeitos, anônimos por vezes, na elaboração, sistematização e divulgação de saberes profissionais, em uma dada época.

REFERÊNCIAS

BICCAS, M. S. O impresso como estratégia de formação Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940). Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

CAPUTO, D. R. O Saber Desenho no Ensino Primário a partir das Revistas do Ensino de Minas Gerais (1925 A 1932): sua concepção e as profissionalidades. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) – Instituto de Ciências Exatas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

CARVALHO, C. H. Escola nova, educação e democracia: o projeto Francisco Campos para a escola em Minas Gerais. Acta Scientiarum, Maringá, v. 34, n. 2, p. 187-198, 2012. Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/17421/pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

HOFSTETTER, R.; SCHNEUWLY, B. (2017). Saberes: um tema central para as profissões do ensino e da formação. In: HOFSTETTER, R.; VALENTE, W. R. Valente (Orgs.). Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores. São Paulo: Livraria da Física, 2017, p. 113-172.

HOFSTETTER, R. *et al.* Penetrar na verdade da escola para ter elementos concretos de sua avaliação – A irresistível institucionalização do *expert* em educação (século XIX e XX). In: HOFSTETTER, R.; VALENTE, W. R. (Orgs.). Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores. São Paulo: Livraria da Física, 2017, p. 55-112.

MELO, C. M. M. A infância em disputa: escolarização e socialização na reforma de ensino primário em Minas Gerais – 1927. Tese (Doutorado Acadêmico em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MINAS GERAIS, Collecção das Leis e Decretos (1927). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, vol. 3, 1928.

MINAS GERAIS, Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais: 1925. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1926.

MINAS GERAIS. Decreto-lei nº 41, de 03 de agosto de 1892. Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1892]. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=41&comp=&ano=1892&texto=original>. Acesso em: 10 mai. 2020.

MORAIS, R. S. *Experts* em educação e a produção de saberes no campo pedagógico.

REMATEC, Belém, v. 12, n. 26, p. 61-70, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.rematec.net.br/index.php/rematec/article/view/110/85>. Acesso em: 18 abr. 2018.

PEREIRA, D. P. O ensino de Arte na Escola Nova em Minas Gerais na perspectiva da Revista do Ensino entre os anos de 1927 e 1933. Cadernos de História da Educação, Uberlândia, v.17, n.2, p. 419-438, mai./ago. 2018.

REVISTA DO ENSINO. Belo Horizonte: Directoria da Instrução, v. 2, n. 16-17, jul./ago. 1926a. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/uploads/arquivos/revista_do_ensino_vol2_n16-17_1926.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

REVISTA DO ENSINO. Belo Horizonte: Directoria da Instrução, v. 2, n. 18, out. 1926b. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/uploads/arquivos/revista_do_ensino_vol2_n18_1926.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

REVISTA DO ENSINO. Belo Horizonte: Directoria da Instrução, v. 2, n. 19, dez. 1926c. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/uploads/arquivos/revista_do_ensino_vol2_n19_1926.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

REVISTA DO ENSINO. Belo Horizonte: Directoria da Instrução, v. 3, n. 22, ago./set. 1927. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/uploads/arquivos/revista_do_ensino_vol3_n22_1927.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

VALENTE, W. R. *et al.* Novos aportes teórico-metodológicos sobre os saberes profissionais na formação de professores que ensinam Matemática. Acta Scientiae, Canoas, v. 19, n. 2, p. 224-235, mar./abr. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/acta/article/view/2816/2299>. Acesso em: 12 abr. 2018.

Robert Rene Michel Junior

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

E-MAIL: robertrene15@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1313-6145>

Maria Cristina Araújo de Oliveira

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

E-MAIL: mcrisoliveira6@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3346-1578>